



CATÓLICA
PORTO

EDUCAÇÃO E
PSICOLOGIA



LIVRO DE RESUMOS

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Universidade Católica Portuguesa - Porto
23 e 24 de julho de 2015

COMISSÃO CIENTÍFICA | SCIENTIFIC COMMITTEE

Alexandre Ventura (Universidade de Aveiro)
Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho)
Américo Peres (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
António Bolívar (Universidad de Granada)
António Neto-Mendes (Universidade de Aveiro)
António Nóvoa (Universidade de Lisboa)
Cristina Palmeirão (Universidade Católica Portuguesa)
Helena Peralta (Universidade de Lisboa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)
Isabel Baptista (Universidade Católica Portuguesa)
João Barroso (Universidade de Lisboa)
João Formosinho (Universidade do Minho)
Joaquim Azevedo (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Machado (Universidade Católica Portuguesa)
Jorge Adelino Costa (Universidade de Aveiro)
José António Caride (Universidade de Santiago de Compostela)
José Matias Alves (Universidade Católica Portuguesa)
José Verdasca (Universidade de Évora)
Leonor Torres (Universidade do Minho)
Luísa Alonso (Universidade do Minho)
Maria do Céu Roldão (Universidade Católica Portuguesa)
Michel Soëtarde (Université Catholique de l'Ouest)
Rosanna Barros (Universidade do Algarve)

COMISSÃO ORGANIZADORA | ORGANIZING COMMITTEE

Cristina Palmeirão (Universidade Católica Portuguesa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)
Isabel Baptista (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Azevedo (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Machado (Universidade Católica Portuguesa)
José Matias Alves (Universidade Católica Portuguesa)
Maria do Céu Roldão (Universidade Católica Portuguesa)

COMISSÃO EXECUTIVA | EXECUTIVE COMMITTEE

Cristina Crava (Universidade Católica Portuguesa)
Francisco Martins (Universidade Católica Portuguesa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)

FICHA TÉCNICA

Título: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL
EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
LIVRO DE RESUMOS

Organização: Joaquim Machado [coord.], Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista,
Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão

Colaboração: Cristina Crava, Francisco Martins

Depósito Legal: 395701/15

ISBN: 978-989-96186-7-1

Editor: Faculdade de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Desenvolvimento
Humano, Universidade Católica Portuguesa – Porto

Local e data: Porto, Julho de 2015

27 | A INTERVENÇÃO DOS PAIS NO GOVERNO DA ESCOLA PÚBLICA – ESTUDO DE CASO

Ana Sousa, José Matias Alves

O nosso trabalho inscreve-se no campo de estudo das políticas de autonomia da escola pública portuguesa, particularmente na problemática do reforço da intervenção parental no governo das escolas. Procurámos conjugar o olhar teórico da análise das políticas públicas de educação, nas quais se integra a implementação do novo regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas, o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, e o olhar organizacional, a forma como o reforço da participação das famílias, na direção estratégica de uma organização escolar pública - um Agrupamento de Escolas da área geográfica de Viseu - se concretiza, acompanhando intensivamente e analisando o funcionamento do seu Conselho Geral. O principal objetivo foi verificar se o protagonismo normativo da intervenção dos pais no governo da escola pública, decorrente da necessidade de instituir novas práticas de regulação de poder, que nos últimos anos têm marcado a generalidade dos sistemas educativos dos países, nomeadamente, da Europa Ocidental, na sequência da crise de modelos centralistas, se reflete e como se reflete nas práticas destes atores com responsabilidades organizacionais. Procurámos responder a questões que desvelassem as suas lógicas de ação, na sua relação de poderes com os outros atores desta organização política, privilegiando a abordagem política. As respostas que encontramos, por um lado, confirmam a desarticulação entre a retórica dos documentos oficiais, legitimadores da ordem burocrática, apagando ou relativizando a vivência política da organização escolar, o conflito, latente ou explícito nas lutas pela repartição do poder, por outro, revelam a vontade da inscrição da voz dos pais nas linhas orientadoras da vida desta organização, desmistificando a culpabilização secular de passividade, desmobilização e falta de preparação para o fazerem, apesar dos obstáculos que eles, e os outros atores externos à escola, continuam a encontrar para essa intervenção democrática.

24 | AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ENQUANTO ORGANIZAÇÕES APRENDENTES NO COMBATE À PRECARIIDADE LABORAL DOS JOVENS

Isabel Cristina de Oliveira Ramos

As questões ligadas ao ensino superior têm sido, nos últimos anos, alvo crescente de debate, quer por parte dos políticos, quer por parte dos educadores e a própria integração dos licenciados no mercado de trabalho não tem passado indiferente a essas preocupações. Torna-se premente, a pesquisa e discussão relativa às possibilidades de desenvolvimento e otimização de processos de aprendizagem organizacional, tendo o presente estudo como objetivo analisar os percursos profissionais dos licenciados do ensino superior (Universidades e Politécnicos), as estratégias de gestão de mão-de-obra qualificada das empresas, bem como, as modalidades de interação entre as universidades e o mercado de trabalho. Desenvolve-se metodologicamente uma revisão bibliográfica profunda, baseada em artigos científicos atuais das bases de dados: B-On, Scielo e ERIC. Conclui-se que as respostas a estas questões configuram-se, naturalmente, delicadas. Os fatores que se apresentam como uma alternativa ao desemprego passam neste momento pela aposta em estágios, sendo que as orientações académicas e técnicas sugerem que o estágio pedagógico poderá ser entendido como a aplicação da teoria à prática. O apoio ao empreendedorismo, através das incubadoras de empresas, também se revela de grande importância.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior, Organizações Aprendentes, Precariedade Laboral, Jovens graduados

48 | A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO CAMPO: IMPACTOS DE UMA AÇÃO (DES)COMPROMETIDA COM O LOCAL

Renilton Cruz

O debate sobre a forma, o conteúdo e a necessária expansão do ensino médio ao meio rural é fundamental para o processo de consolidação do direito à educação no Brasil. Não menos importante, é a discussão sobre o relacionamento das escolas com os desafios ligados ao desenvolvimento das localidades a que pertencem. Nesse sentido, este artigo procura colocar em relevo o envolvimento da escola de ensino médio de uma comunidade rural no interior da Amazônia com as questões que mais diretamente interferem na vida da população local. A pesquisa que subsidiou este trabalho foi realizada através de um Estudo de Caso onde foram entrevistados estudantes e docentes do ensino médio, pais e mães camponesas e lideranças de movimentos sociais locais. Dentre outras questões, buscou-se esclarecer o nível de identidade dos docentes com o campo, o foco da sua ação pedagógica, o significado do saber trabalhado na escola para a comunidade, bem como a perspectiva de futuro que a escola ajuda os jovens a construir. É possível verificar que a atuação da escola, vista de forma global, aponta para o seu nítido desenraizamento da comunidade, fato que pode ser percebido não só pela forma descontextualizada com que os saberes são por ela trabalhados, como pela distância que mantém em relação aos problemas sociais e econômicos que mais influenciam no processo de desenvolvimento local. Por outro lado, parece nítido que por ser a principal instituição pública da região, possuir legitimidade como agência formadora de qualidade no interior da comunidade, ter em seu corpo docente vários profissionais que se identificam com a vida no campo e têm noção dos limites e possibilidades da atuação daquela agência no desenvolvimento local, a escola tem capacidade para atuar ativamente, como líder ou parceiro institucional, em um processo de movimento social que vise a construção coletiva de alternativas viáveis para o desenvolvimento da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Meio Rural; Desenvolvimento Local.